

## Renda na agricultura I

## Como cresce a produção

Abag

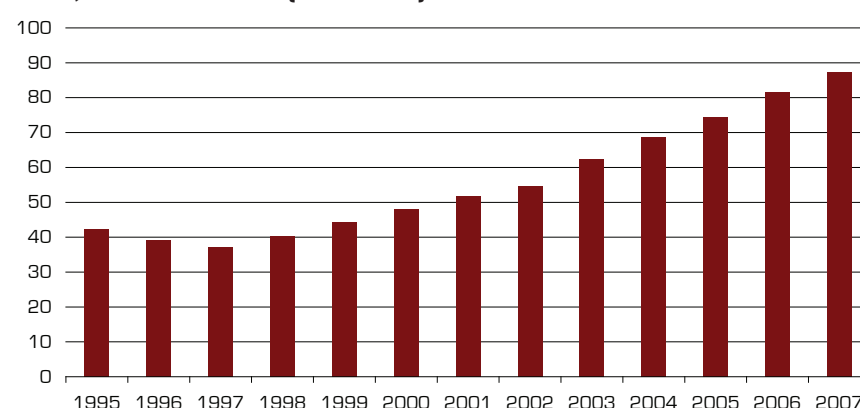
NOS ÚLTIMOS 15 anos, a agricultura fez vultosos investimentos em capital fundiário (terras e máquinas) e aprimorou seu processo tecnológico (insumos) para ganhar produtividade. O resultado foi um notável crescimento em termos de produção, mas que não se traduziu em capitalização do setor. A dependência de capital de terceiros sempre foi alta, mesmo nos anos de melhores resultados econômico e financeiro.

Na segunda metade dos anos 90, dois fatos contribuíram para o crescimento da agricultura:

1. A renegociação e prorrogação das dívidas rurais para pagamentos a longo prazo (Securitização, Pesca e Recoop), uma compensação das grandes perdas da agricultura no ajuste do Plano Real e dos programas anteriores de congelamento de preços e salários.
2. A Lei Complementar nº 87, de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que ao isentar a cobrança de ICMS nos produtos exportados, estimulou a expansão da soja para o Centro-Oeste.

Por sua vez, na virada do século, as doenças como aftosa e vaca louca na Euro-

Evolução da dívida rural (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

pa e nos Estados Unidos, as importações crescentes de alimentos feitas pela China, e o câmbio favorável, dentre outros motivos, possibilitaram a arrancada sem precedentes das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro.

Enquanto em março de 2000 é lançado o Moderfrota, para reverter o estado de sucateamento da mecanização do campo, em 2001 é completada a segunda negociação das dívidas apuradas na Securitização, Pesa e Recoop.

Com isso, houve uma revitalização financeira do setor.

Até a safra 2004/05, quando a área plantada de grãos foi recorde, a fase era expansionista. A comercialização de grãos e carnes cresceu voltada para o comércio exterior. Mas, sem infraestrutura adequada de armazenamento, transporte e portos, além da falta de políticas de gerenciamento de risco (seguro e contrato futuro), a vulnerabilidade era iminente.

## Brasil: evolução da produção de grãos e carnes

Especificação	Unidade	1992/93 (a)	1997/98 (b)	Var.% (b)/(a)	2002/03 (c)	Var.% (c)/(b)	2007/08 (d)	Var.% (d)/(c)
Produção de Grãos	milhões t	68,2	83,0	21,70	122,9	48,07	141,0	14,73
Área de Grãos	milhões ha	35,6	36,6	2,80	43,9	19,94	47,1	7,29
Aves*	mil t	3.144	4.853	54,36	7.645	57,53	11.129	45,57
Bovinos*	mil t	5.005	6.040	20,67	7.645	26,58	10.382	35,80
Suínos*	mil t	1.230	1.650	34,15	2.698	63,51	3.005	11,38

Fonte: Conab

\* ano civil. 2008 (estimativa)

Na safra 2004/05, a renda da agricultura foi afetada de forma negativa, sobretudo pela:

1. Grande estiagem afligida na Região Centro-Sul, que frustrou a produção de milhares de produtores;
2. Valorização do câmbio e o recuo dos preços das *commodities* no mercado internacional, com a grande safra norte-americana.

Desde então, surgiram uma série de problemas no campo, seja de natureza estrutural, como conjuntural. Uma parte da agricultura ficou completamente insolvente. As dívidas recentes, tomadas entre 2000 e 2004, acumularam-se às aquelas negociadas nos anos 90.

A safra 2005/06 foi de pesado ajuste, com redução do padrão tecnológico e menor uso de insumos. Por sua vez, o câmbio novamente continuava em processo de valorização durante o ciclo de produção, e o agricultor plantava os insumos com o dólar mais caro em reais e vendia o produto com o dólar mais barato em reais.

Nesse curto período, o perfil de financiamento da agricultura passou por mudanças. Os recursos da exigibilidade não significavam novos aportes de crédito, pois eram usados nas renovações dos empréstimos não quitados. Para cobrir essa falta, diante da boa liquidez do mercado internacional, as empresas de insumos e as *tradings* passaram a financiar a produção.

Nas safras 2006/07 e 2007/08, a renda da agropecuária teve uma tênue recuperação, porém bem longe de compensar as perdas de 2004/05 e as dívidas anteriores. Intensificava-se o movimento para uma terceira renegociação da dívida rural.

Do quarto trimestre de 2006 até julho deste ano, a busca dos *hedge funds* por ativos reais, a febre do etanol nos Estados Unidos e a demanda aquecida dos países asiáticos, alimentam uma intensa onda especulativa nas *commodities* em geral. Nas principais *commodities* agrícolas, como milho, soja e trigo, os preços bateram nos mais altos patamares na Bolsa de Chicago. ■

## Renda na agricultura II

# Propostas e alternativa

Abag

A PARTIR de agosto último, o pânico passou a assombrar os mercados mundiais. A disponibilidade de crédito ficou mais apertada. As Bolsas entraram em queda, assim como as cotações das *commodities*, inclusive as agrícolas. Para a safra 2008/09, a expectativa de vendas maiores de insumos e aumento na área plantada de grãos deixou de existir no Brasil.

O grande desafio está na garantia de renda na comercialização da colheita, a partir de fevereiro do próximo ano. Em condições normais, a produção estará em tamanho condizente com um menor desempenho previsto para a economia brasileira e mundial. Por isso, as disponibilidades de recursos e de ações emergenciais são prioritárias.

A agricultura precisa de políticas públicas, que levem em conta a sua inserção e importância nas cadeias produtivas.

É necessário quebrar o círculo vicioso entre crédito e débito, com uma revisão da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural.

Como depende do montante do depósito à vista, que varia ao sabor da política monetária, a exigibilidade sempre funcionou como quota na distribuição e aplicação do crédito. Por isso, não consegue ser uma fonte sustentável e suficiente de recurso. Agora, em 2008, a retirada da Contribuição Provisória sobre Movimen-

tação Financeira (CPMF), junto com o aumento da Selic, deixou clara a vulnerabilidade do instrumento, pois enquanto os depósitos à vista iam para as aplicações, o crédito rural sofria encolhimento em sua principal fonte de suprimento.

Os subsídios diretos concedidos pelo Tesouro Nacional à agricultura entre 2000 e 2006 foram da ordem de R\$ 20,9 bilhões. O questionamento está na aplicação mais racional e inteligente destes recursos.

Pensando no futuro, o Brasil deve buscar a concepção de um modelo mais adequado à realidade presente. Existem demandas externas para serem introduzidas. Como signatário de importantes acordos internacionais, o Brasil precisa estar preparado para cumpri-los e discuti-los.

Faltam arranjos institucionais entre os ministérios e órgãos para integrar e consolidar políticas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio nacional.

Em 2006, a Abag selecionou e apresentou sugestões para 15 pontos estratégicos do agronegócio brasileiro, a saber:

1. Dotação Orçamentária do MAPA;
2. Crédito e Endividamento Rural;
3. Seguro Rural;
4. Tributação;
5. Parceria Público-Privada e Custo Brasil;
6. Segurança Fundiária;
7. Marketing e Venda de Produtos;
8. Contratos nas Cadeias Produtivas;
9. Negociação Internacional;
10. Normas e Certificações;
11. Sustentabilidade;
12. Defesa Sanitária e Pesquisa;
13. Desenvolvimento e Inovação;
14. Agroenergia;
15. Montagem Institucional.

A surpresa, com uma dose forte de decepção, está na constatação frustrante da ausência de qualquer sinal de avanço na

## Subsídios diretos à agricultura (2000 a 2006)

Item	Valor (R\$ bilhões)
Comercialização, equalização de juros e seguro obrigatório (Proagro)	10,6
Prorrogação da dívida rural	10,3
Total	20,9

Fonte: Banco do Brasil